

## Artigos

# DIPLOMACIA NO MUNDO ANTIGO: OS TRATADOS DE COOPERAÇÃO MILITAR E MERCANTIL ENTRE ROMA E CARTAGO. 509-279 A. C

*Fabrizio Nascimento de Moura<sup>105</sup>*

### RESUMO

A análise das relações militares e mercantis entre romanos e cartagineses nos permite compreender os pormenores contextuais envolvidos nestes acordos. De maneira geral, é o contexto que indicará a maneira de agir das duas partes, que buscarão salvaguardar seus interesses mais imediatos. Contudo, temos razões para acreditar que a iniciativa destas relações esteve sempre ao lado dos cartagineses, evidenciando ainda mais a posição de liderança que exercia no Mediterrâneo, por conta de sua hegemonia naval e consequentemente mercantil.

**Palavras-chave:** Diplomacia; Relações Militares; Cooperação Mercantil; Mediterrâneo.

“O comércio, se praticado em pequena escala, deve ser considerado inferior; mas, se em larga escala e extensivo, importando muito de todo lado e distribuindo a muitos sem falsa sobrevalorização, não deve ser grandemente censurado.”

Cícero

“Examinai unicamente se foi útil, porque desde que a ação é útil à pátria, é sempre nobre praticá-la.”

Agesilau

---

<sup>105</sup> Fabrizio Nascimento de Moura é mestrando, aluno do programa de pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde desenvolve pesquisa cujo título é “As Práticas Sacrificais em Cartago – Séc. III a. C.” É orientando da Profa. Dra. Maria Regina Cândido (NEA/UERJ/PPGHC/UFRJ) e bolsista pela CAPES.

Nos dias atuais a temática envolvendo questões econômicas tem ganhado cada vez mais destaque na imprensa especializada em decorrência das sucessivas crises internacionais. A situação do bloco europeu tem levado especialistas a discutir e avaliar suas consequências para o futuro da economia globalizada contemporânea.

Este quadro econômico atual nos leva a investigar as características das transações comerciais entre romanos e cartagineses no mundo antigo. A historiografia, de maneira geral, apresenta muitas informações acerca das Guerras Púnicas, período em que as cidades citadas travaram uma luta de vida e morte pela posse do Mediterrâneo. Esta mesma historiografia, no entanto, não apresenta a mesma variedade de obras sobre um período até certo ponto negligenciado, ou seja, a época em que romanos e cartagineses mantiveram entre si uma relação de cooperação econômica e até mesmo militar, baseada nos princípios da reciprocidade e da ajuda mútua através de tratados ratificados entre 509 e 279 a. C.

Ao examinarmos as disposições contidas nestes tratados observamos uma questão importante: os cartagineses mudam de opinião em relação aos latinos no que se refere às transações comerciais. Esta mudança seria uma resposta ao avanço político e militar de Roma em direção ao Mediterrâneo.

Outra questão importante é a que se refere ao acordo militar, compreensível ao analisarmos o contexto político de sua produção. Contra um inimigo em comum a frota cartaginesa é posta à disposição dos romanos e, por outro lado, os legionários romanos permaneceriam de prontidão para socorrer os cartagineses em perigo onde quer que estivessem.

É sobre estes dois eixos temáticos que pretendemos tratar neste artigo. O primeiro elemento a que nos propomos estudar é aquele que versa sobre as questões econômicas e suas peculiaridades. E para o curso deste empreendimento entendemos ser necessário analisar as principais concepções teóricas acerca da economia antiga e suas

particularidades, além de procedermos a um breve estudo das especificidades econômicas de romanos e cartagineses.

Esta breve exposição é fundamental para compreendermos o desenvolvimento das atividades econômicas e, conseqüentemente, a estrutura das relações entre romanos e cartagineses. A temática do comércio está inserida em um contexto mais amplo: o de economia.

A palavra economia possui origem grega, sendo composta pelo termo *oikos*, “casa ou unidade doméstica”, e da raiz semântica *nem-*, com o sentido de “regulamentar, administrar, organizar”. Em linhas gerais o *oikonomikos*, significa a administração da casa. (FINLEY, 1986: 19).

Max Weber destaca que a cultura antiga é essencialmente urbana, sendo a cidade portadora de vida política, assim como da arte e da Literatura. Economicamente a cidade antiga se baseia na troca, nos mercados locais, de produtos de origem nas manufaturas urbanas com os frutos da área de produção agrícola circundante. Essa troca direta local, entre produtores e consumidores, atende às necessidades da região sem a necessidade de importação de produtos do exterior. Esta característica estaria assentada no princípio da autarquia, ou da autossuficiência. Para o sociólogo, embora haja um comércio marítimo entre cidades-estado a sua intensidade é bastante limitada, restringindo-se apenas aos produtos de luxo que buscavam atender a uma aristocracia cada vez mais exigente. O tráfico de mercadorias não interessava à população em geral, com suas necessidades cotidianas. (WEBER, 1986: 40).

Ao comentar sobre a estrutura econômica das cidades antigas M. I. Finley destaca que esta incluía o interior rural e um centro urbano, onde residia a aristocracia e onde estavam instalados os cultos públicos e a administração da comunidade. Para o autor a relação econômica entre a cidade e o campo pode ir do parasitismo à completa simbiose. Os residentes de uma cidade que não estão diretamente envolvidos na produção dos alimentos vão buscar no campo os meios de sua subsistência. Assim, M. I. Finley defende

a ideia de que as cidades são centros consumidores. Entretanto, estendendo a perspectiva de M. Weber, o autor questiona se as cidades antigas eram *essencialmente* consumidoras. Em outras palavras, como a cidade pagava ao campo pelos produtos que consumia? Para M. I. Finley não existe uma resposta segura a esta pergunta, já que cada cidade ou região possui suas especificidades. Contudo, em linhas gerais, a capacidade de pagar pelos escravos, alimentação e outros artigos repousava, na opinião do autor, sobre quatro variáveis, a saber: a quantidade de produção agrícola local, a presença ou ausência de recursos minerais ou a produção de vinhos ou de plantas produtoras de óleos, as exportações de comércio e turismo e o rendimento da propriedade e domínio de terras, rendas, impostos e doações. (FINLEY, 1986: 171-174).

Na contramão destas concepções teóricas observamos o paradigma defendido por M. Rostovtzeff. Para este autor as cidades antigas não eram meras exploradoras das riquezas produzidas pelo campo. Eram, além de tudo, centros de produção manufatureira voltados para a obtenção de lucro e para a ampliação do consumo. (ROSTOVITZEFF, 1972: 178-222). Esta análise privilegia concepções marxistas ao interpretar a economia antiga como uma economia de mercado e o comércio e suas transformações em função das noções de concorrência e leis de oferta e procura. (ANDREAU, 1995: 950). Karl Polany refuta esta concepção ao afirmar que a economia de mercado, como uma estrutura institucional, esteve presente, mesmo que de forma parcial, apenas em nossa época, rejeitando sua aplicabilidade ao mundo antigo. (POLANY, 1980: 55). Contudo, a análise de M. Rostovtzeff mereceu o destaque daqueles e discordam dos modelos de M. I. Finley por sua ênfase na Arqueologia e o estudo da cultura material das cidades antigas. (FUNARI & GARRAFONI, 2000: 53).

Os seguidores de M. Rostovtzeff foram denominados “modernistas”, enquanto os defensores dos postulados inerentes à cidade “consumidora” receberam a designação de “primitivistas”.

Para Karl Polany, no mundo antigo, as questões econômicas atraíam menos a atenção dos homens que a maioria dos outros setores da vida em sociedade. Entre os antigos não existiu nenhum vocábulo que designasse o conceito de “econômico”. De acordo com o autor, a razão para esta falta de conceito era a dificuldade que o homem da Antiguidade possuía para identificar o processo econômico em uma situação em que este estivesse integrado com outras instituições sociais extraeconômicas. As causas deste fenômeno são passíveis de explicação através do uso de determinados conceitos<sup>106</sup> defendidos pela *Antropologia Econômica*, dentre os quais destacamos o *cenário físico da vida do homem*, em que seu *habitat* não possui nenhuma significação econômica, já que suas relações sociais são complexas e as questões de economia encontram-se confundidas com as ações cotidianas. Por outro lado, em comunidades organizadas sobre a base do parentesco, muito dificilmente surgem transações econômicas. Isso significa que as trocas são atos públicos realizados de acordo com o lugar social do indivíduo e por maiores que fossem estas transações o mais importante era o fato de que mercavam a posição dos indivíduos envolvidos em um determinado contexto social. Contudo, adverte o autor, o que não existe na Antiguidade é o conceito de economia e não a própria economia. (POLANY, 1976: 114-121).

De acordo com M. I. Finley a ausência de um conceito de economia entre os antigos estaria relacionada ao fato de que a sociedade antiga nunca possuiu um sistema econômico que fosse um grande conglomerado de mercados interdependentes. Para o autor, não havia ciclos de negócios na antiguidade e nenhuma cidade cujo

---

<sup>106</sup> Karl Polany destaca outras hipóteses para a ausência de um conceito de economia entre os antigos, a saber: a ausência de *quantitatividade* como um fator desagregador da economia; a inaplicabilidade de um conceito de *propriedade* como o direito de dispor de determinados objetos; em muitas sociedades antigas a riqueza não está constituída por bens, mas sim por serviços prestados por escravos, criados e trabalhadores livres; na Filosofia de Aristóteles os três prêmios da fortuna eram a honra e o prestígio, a segurança de vida e a integridade física e a riqueza, esta última relacionada à felicidade da propriedade que permitia ao indivíduo desfrutar do lazer, sinônimo de liberdade; a autossuficiência do grupo humano, postulado da sobrevivência, está assegurada quando é possível fisicamente o abastecimento daquilo que é necessário para a subsistência. (POLANY, 1976: 118-124).

desenvolvimento possa ser atribuído ao estabelecimento de uma manufatura. E por esta razão, adverte o autor, nenhum modelo de investimento moderno pode ser aplicado às maneiras de conduzir a vida econômica do homem na Antiguidade. (FINLEY, 1986: 26-27).

Outra questão importante, a da autossuficiência, não era comum a todas as cidades, o que as obrigava a conseguir, no exterior, os produtos necessários à manutenção de sua sobrevivência. (FINLEY, 1986: 174). E esta suposição predomina entre os autores que analisaram a estrutura econômica de Cartago.

Seguindo esta linha teórica, as preocupações mercantis estariam muito mais presentes entre cartagineses que entre os latinos. O comércio era o principal motor da economia cartaginesa, já que estes não desenvolveram uma manufatura consistente que pudesse atender a todas as suas necessidades e nem tampouco eram reconhecidos pela qualidade de suas mercadorias. (AYMARD & AYBOYER, 1993: 63). Contudo, a construção de navios de guerra e de carga, necessários para a manutenção de seu poderio econômico, impulsionava os trabalhos na região portuária. Além disso, o desenvolvimento da construção civil era bastante importante para a manutenção da extensa cidade, estimulando ainda outras manufaturas como as de madeira e artigos em pedra, além de pequena produção de cerâmica, trabalhos em metal e fabricação de produtos têxteis. (HARDEN, 1971: 139).

A agricultura e a pecuária foram as mais antigas e importantes atividades econômicas desenvolvidas pelos cartagineses ao longo de sua história. Além de criarem o gado, cultivavam cereais para a alimentação, e frutos que inundavam o Mediterrâneo. Depois dos cereais, figuravam na estrutura econômica de Cartago a vinha, a oliveira, os figos e as tâmaras. (HARDEN, 1971: 140).

No que se referem aos objetos manufaturados, os cartagineses não chegaram a criar um estilo próprio. A produção de artigos de luxo acabou por não satisfazer às exigências da aristocracia local e não deu margem à exportação. (AYMARD & AYBOYER, 1993: 66). Por outro lado, produziram muitos objetos de uso cotidiano e mesmo essa

manufatura desenvolveu-se tardiamente. Durante muito tempo esses produtos foram importados da Grécia e até mesmo do Egito. (AYMARD & AYBOYER, 1993: 66).

Outro elemento econômico importante para os cartagineses era a madeira, que além de ser usada na construção de navios, era bastante empregada no acabamento das construções de casas e edifícios públicos. Entretanto, a localização geográfica de Cartago não a favorecia em sua aquisição, o que provavelmente obrigava aos comerciantes da cidade importar este material de outras regiões do Mediterrâneo. (HARDEN, 1971: 140).

Os cartagineses dedicaram-se ainda a exportar seus produtos para aquelas cidades do Mediterrâneo Ocidental onde exercia a sua hegemonia, e vestígios arqueológicos apontam para a presença de cerâmica, joias e outros produtos nestas localidades. (AYMARD & AYBOYER, 1993: 63). Após ter importado vinho da Grécia e da Sicília, pôde, nos últimos séculos de sua existência, vender seu azeite e seus frutos para as ilhas da península itálica. Por outro lado, o frete foi o essencial de sua atividade comercial: os cartagineses, experientes navegadores, desde muito tempo colocavam sua frota à disposição daquelas cidades que oferecessem maiores recursos econômicos. (AYMARD & AYBOYER, 1993: 69).

Muito embora os cartagineses tenham adotado o comércio como atividade econômica principal, não se preocuparam em adotar a cunhagem de moedas. As antigas tradições comerciais herdadas por estes e o seu frequente contato com civilizações cujo sistema econômico era menos desenvolvido, fizeram destes excelentes negociadores na técnica do escambo. (HARDEN, 1971: 169).

Em suma, foi do comércio e não da produção manufatureira, que Cartago conquistou sua riqueza. A cidade foi um grande entreposto de redistribuição de mercadorias: centralizava as matérias-primas ocidentais a fim de exportá-las ao Oriente, além de distribuir os produtos orientais por diversas cidades do Mediterrâneo Ocidental. (AYMARD & AYBOYER, 1993: 69). E foi no curso do desenvolvimento destas práticas

mercantis que Cartago fora levada a manter contatos permanentes com etruscos e gregos.

Na Sicília, os cartagineses comerciaram diretamente com os gregos, pelo menos até o V século a. C. quando iniciaram os primeiros embates entre estes naquela região. Gregos e cartagineses disputaram ainda rotas comerciais ao longo da Península Ibérica a partir do VI século a. C. Por outro lado, os cartagineses enviavam muitas naus para comerciar diretamente com os gregos da região helênica, onde não percebemos as mesmas animosidades. (HARDEN, 1971: 140). Contudo, o comércio dos gregos com suas colônias na Magna Grécia originou grandes rivalidades naquela região. Vestígios arqueológicos indicam ainda a presença de produtos fenícios e etruscos entre os gregos da Itália. Diante do grande fluxo mercantil helênico na região, etruscos e cartagineses, que possuíam em comum a grande perícia nas técnicas de navegação, uniram-se para impedir a expansão das colônias gregas dentro de suas respectivas esferas de influência. (HARDEN, 1971: 140). Os romanos, mais tarde, herdariam essas relações mercantis.

A economia romana, por sua vez, agrega características bem peculiares. A agricultura foi a ocupação predominante entre os latinos desde o V século a. C. e os principais produtos eram os cereais, a vinha e a oliveira, culturas típicas do Mediterrâneo. A unidade de produção predominante era a pequena propriedade e com o movimento de expansão territorial esse sistema acabou sendo introduzido em suas colônias. Paralelamente aumentava a propriedade do estado *políade* romano. Esta propriedade estatal é uma das principais características da organização econômica da Roma antiga. Trata-se do *ager publicus*, cujo uso é concedido pela administração pública aos membros da comunidade. (FLORENZANO, 1986: 65). A ampliação do *ager publicus* tornou-se uma das maiores consequências da expansão romana e mais tarde tornou-se o foco das lutas políticas e sociais travadas em torno da distribuição de seus benefícios. (GUARINELLO, 1994: 50).



A produção agrícola era bastante baixa e predominantemente de subsistência, onde a força de trabalho dedicava-se a produção de alimentos cuja maior parte era consumida por seus próprios produtores. Além disso, os camponeses produziam individualmente a maior parte de seu alimento e conseqüentemente a troca era quase inexistente entre eles. A atividade mercantil era o segundo elemento em importância no conjunto de atividades econômicas exercidas em Roma e o recebimento de impostos provinciais em forma de alimentos contribuiu para que o comércio não se desenvolvesse de maneira mais ampla. (HOPKINS, 1981: 31). Entretanto, algumas cidades latinas desenvolveram atividades bastante específicas com o trabalho em madeira, couro, metais, cerâmica e tinturaria. As técnicas de construção também eram desenvolvidas. (FLORENZANO, 1986: 70).

Contudo, o setor têxtil, os trabalhos em madeira e o couro não gozaram de grande destaque na economia romana, embora constituíssem o essencial da produção manufatureira na Antiguidade. A mineração, por sua vez, era muito importante para atender às necessidades militares e aparece em inúmeras citações sobre a política externa da cidade. As atividades marítimas foram fomentadas em Roma a partir dos primeiros contatos econômicos com os cartagineses, embora a navegação fluvial fosse bastante praticada na Península Itálica desde o período etrusco. (NICOLET, 1982: 68-81).

A partir do século III a. C., em decorrência das conquistas romanas na Península Itálica, parte dos cidadãos começaram a dedicar-se ao comércio, à armação de navios, à cobrança de impostos, aos empréstimos a juros e à manufatura. Contudo, a atividade mercantil em Roma, como na maior parte do mundo antigo, gozava de uma reputação moral bastante negativa. (FLORENZANO, 1986: 79). Quanto a esta característica temos o testemunho de Cícero:

“[...] Também não liberais e inferiores são as profissões de todos que trabalham por salário, a quem pagamos o trabalho e não a arte. Porque no seu caso o próprio salário é um atestado de sua escravidão. Temos também que considerar inferiores aqueles que compram a comerciantes para revender imediatamente, pois não conseguiriam obter lucros se não mentissem descaradamente. [...] Mas

de todas as coisas que podem dar lucros a um homem, não há nada melhor do que a agricultura, nada mais produtivo, mais doce, nada que melhor convenha a um homem livre.” (Cícero, *De Officiis*, I, XLII; citado em FLORENZANO, M. B. *O mundo antigo: economia e sociedade*. São Paulo: Brasiliense, 1986).

Em linhas gerais, para os antigos, o comércio não era um trabalho como nós entendemos na contemporaneidade. Ao comércio faltava um elemento importante: o cansaço físico que justificava a legitimidade da recompensa do trabalhador. Os mercadores eram vistos normalmente como enganadores, fraudadores e astutos, manipulando o preço das mercadorias, almejando maiores lucros. Esta fama também caracterizava os cartagineses e o mesmo Cícero procurava atenuar a reputação destes, alegando que eram enganadores e mentirosos pela natureza do seu ambiente, já que seus portos teriam sido contaminados pelo discurso dos mercadores, e não por conta de sua etnia. Entretanto, os cartagineses continuaram a ser o estereotipo dos mercadores astutos e sem escrúpulos. (GIARDINA, 1992: 206).

Outra questão que merece destaque é a que se refere ao lucro e à riqueza em geral. Ao encerrar suas digressões com “Não há nada melhor do que a agricultura, nada mais produtivo, mais doce, nada que melhor convenha a um homem livre”, Cícero não estaria se referindo a uma agricultura de subsistência. Para M. I. Finley não se pode confundir o caráter “nobre” da agricultura com um desinteresse nos Lucros ou na riqueza dela provenientes. De acordo com o autor, até mesmo Catão, o velho, considerado um grande defensor das virtudes tradicionais, recomendava uma severa extorsão dos rendimentos provenientes da terra. (FINLEY, 1986: 78). Por outro lado, a crítica que se fazia ao comércio estava diretamente ligada ao fato de que os homens que se ocupavam desta atividade pertenciam a um segmento social inferior. E, ainda de acordo com M. I. Finley, a causa deste fenômeno seria que a elite dos cidadãos não estava preparada em número suficiente para assegurar este setor da vida econômica sem o qual nem eles, nem suas comunidades podiam viver ao nível a que estavam habituados. Faltava à elite,

segundo o autor, a vontade, ou seja, este segmento social estaria inibido por valores fundamentais ligados à tradição. Em suma, eram criticados os maus costumes e os valores e não o exercício da atividade em si mesma. (FINLEY, 1986: 80).

Além disso, Karl Polany destaca que a sociedade antiga era baseada no *status*<sup>107</sup>. O *status* está estabelecido pelo nascimento e determina os direitos e deveres de uma pessoa. Este conceito estaria ligado à ideia de reciprocidade e redistribuição, meios de se alcançar o prestígio do grupo ao qual o indivíduo estaria inserido. A posse da terra era a base de sustentação de uma sociedade fundamentada no *status*. Hoje podemos dizer que o *status* predomina onde a economia está condicionada por instituições não econômicas. Em outras palavras, este conceito está presente em sistemas econômicos diferentes daqueles a que estamos acostumados na contemporaneidade. (POLANY, 1976: 117).

Ainda que exercesse a hegemonia política e militar sobre a Península itálica em meados do século II a. C., e mesmo diante de pequenos avanços no setor mercantil, Roma ainda possuía uma economia simples, quase de subsistência. Não havia um exército profissional ou uma burocracia para as quais fosse necessário um grande acúmulo de excedentes. As principais preocupações do estado *poliade* eram a conquista das tribos latinas, e as disputas entre os indivíduos de muitos recursos e os segmentos sociais menos favorecidos e o empobrecimento por dívidas. (HOPKINS, 1981: 34).

Em suma, a ausência de instituições dependentes de um vasto excedente, a ausência de cunhagem de moedas, a reduzida escala de comércio, a extensa obrigação militar ligada à posse da terra, entre outras peculiaridades, nos levam a deduzir que a economia romana até o final do século III a. C. era controlada por um pequeno grupo de proprietários rurais livres autossuficientes, ou seja, camponeses que trabalhavam na sua própria terra. (HOPKINS, 1981: 36).

---

<sup>107</sup> As sociedades modernas são caracterizadas pelo *contratus*, o aspecto legal de intercâmbio, onde se verifica uma esfera de mercado institucionalmente separada e dirigida por motivações específicas. (POLANY, 1976: 115).

Os romanos, que entraram no mundo dos negócios tardiamente, se adaptariam a estas atividades ao manterem contato com os gregos. Contudo, as leis romanas, criadas por uma sociedade essencialmente agrária, e a existência de estruturas sociais aristocratas, contribuíram para limitar a autonomia e o desenvolvimento do comércio na cidade-estado. (NICOLET, 1982: 94).

Após esta breve exposição acerca das características das respectivas economias, poderemos analisar a documentação que deixa transparecer o contato comercial entre ambas as cidades-estados. Os vestígios deste contato podem ser encontrados na obra História do historiador grego Políbios.

O primeiro documento fora ratificado em 509 a. C., período em que os romanos suplantaram a monarquia etrusca e estabeleceram a sua *res publique* (GRIMAL, 1984: 33).

Vejamos a citação:

“Quem vier comerciar não deverá concluir negócio algum sem a presença de um arauto ou escrivão, e a efetivação de qualquer negócio feito na presença destes será garantida ao vendedor pelo estado, se a transação ocorrer na Líbia ou em Sardó (Sardenha).” (Políbios III, 22).

O segundo acordo fora concluído por volta de 309 a. C., época em que os romanos viam-se às voltas contra os Samnitas na Itália Central e deixa transparecer uma alteração nas condições estabelecidas para a realização de ajustes comerciais:

“Nenhum romano poderá comerciar ou fundar uma cidade em Sardo (Sardenha) ou na Líbia, nem permanecer em uma localidade sardônia ou líbia por um período mais longo que o estritamente necessário para reabastecer ou reparar sua nau. No caso de ser retido pelo mau tempo, ele terá de partir dentro de cinco dias.” (Políbios III, 24).

Metodologicamente é possível compreender esta mudança de atitude dos cartagineses face aos romanos, ao analisarmos o contexto político da ratificação dos acordos. Como vimos, em meados do século V a. C., segundo a tradição, Roma declarou-se independente da realeza etrusca. Ao mesmo tempo observa-se uma acentuada retração do poder etrusco, que os levaria a recolherem-se outra vez na Etrúria, perdendo parte de

seus domínios na Península Itálica. E, juntamente com os etruscos, Roma também perde parte de sua hegemonia e talvez até de seu poder. A razão para este fenômeno seria, entre outras, a de que a Liga Latina, até então controlada por uma forte e etrusquizada Roma, retoma sua independência. Neste período, os romanos alcançam algumas vitórias contra as cidades etruscas, mas a cidade permanecia em constante estado de sítio. Os romanos assistem à elaboração de alianças entre diversos povos do Lácio e a paz era sempre precária. Além disso, no plano interno, é possível constatar uma sucessão de embates entre os principais segmentos sociais de Roma: patrícios e plebeus. A oposição entre estes grupos pôs em risco a própria sobrevivência da cidade-estado. (GRIMAL, 1984: 33,34).

Os romanos herdaram uma tradição de boas relações entre etruscos e cartagineses, onde aos últimos interessava, ao nosso entender, manter livre o acesso às ilhas da Córsega e da Sardenha.

O contexto apresentado em 309 a. C. aponta algumas mudanças no cenário político do Mediterrâneo. O século IV a. C. marca o início do contundente avanço de Roma ao longo da península itálica, em direção ao Mediterrâneo.



**Figura 1:** O mapa revela, cronologicamente, a expansão romana ao longo da Península Itálica.  
Fonte: <http://www.ecunico.com.br> – Acessado em 15/06/2012.

Neste período, Roma era a maior potência de toda a região. Estava em contato com as colônias gregas ao sul e aliviava a pressão etrusca sobre Marselha ao norte. (GRIMAL, 1984: 38). Este fato certamente não seria ignorado pela maior potência de todo o Ocidente nesta ocasião. Os cartagineses, talvez impressionados com o movimento expansionista romano, buscariam métodos para proteger suas importantes rotas de comércio. E parte destes métodos é o que podemos observar na já citada mudança de atitude dos fenícios em relação aos romanos, no que diz respeito às transações comerciais na região da Sardenha e da Líbia.

Esta medida, levada a cabo por Cartago, pode ser mais bem compreendida ao empregarmos o conceito de *Antecipação*, defendido por Thomas Hobbes, a saber: subjugar pela força ou pela astúcia, todos os adversários, durante o tempo que puder,

para chegar o momento em que não haja outro poder suficientemente grande para ameaçá-lo.

Desta forma, observando o surgimento de outra potência que pudesse rivalizar consigo, os cartagineses se antecipam, com o uso da astúcia, através do instrumento diplomático, interditando aos romanos importantes rotas comerciais. É provável ainda que, além de proteger seus domínios, os cartagineses tivessem a intenção de provocar obstáculos ao desenvolvimento comercial de Roma. E, muito embora os romanos não tenham criado instantaneamente uma frota comercial, neste período já havia se tornado uma potência costeira, assegurando o patrulhamento do litoral sob seu controle na Península itálica. (GRIMAL, 1984: 38).

Por outro lado, ainda de acordo com Thomas Hobbes, os atos de conquista normalmente levam os homens a buscar além daquilo que seria suficiente para a sua segurança sobrevivência; e os outros, se adotarem uma simples atitude de defesa, mantendo-se tranquilamente dentro de seus limites territoriais, não serão capazes de sobreviver durante muito tempo em segurança. Portanto, o aumento do domínio sobre seus adversários é altamente necessário para a conservação de si mesmo. Assim, os cartagineses trataram de se proteger diante de uma eventual investida romana inspirada por seus sucessivos atos de conquista até então.

Além disso, é importante notar a importância das regiões citadas na documentação. A Sardenha, bem como a Líbia, a Sicília e até mesmo a Península Ibérica eram regiões importantes para a produção agrícola de Cartago durante o período que vai desde o século IV a. C. até a conquista romana, ou seja, durante todo o período em que a cidade-estado controla a navegação mediterrânea. (GIAMMELLARO, 2000: 81). O mapa a seguir destaca as principais rotas fenícias ao longo do Mediterrâneo antigo, um território dominado por comerciantes, exilados, piratas e mercenários. (GRAS, 1998: 194).





**Figura 2:** Rotas comerciais controladas pelos Fenícios na região Mediterrânea.  
Fonte: <http://www.portalsaofrancisco.com.br> - Acessado em 15/06/2012

A Sardenha, bem como as demais regiões citadas, era um importante polo de produção cerealífera, geralmente controlada por centros periféricos que dispunham de recursos próprios e que funcionavam à margem dos centros principais. Além disso, a região servia, muito provavelmente, de porto de reabastecimento das naus que partiam ou retornavam da Ibéria, área onde se encontravam Cardos, cujo consumo era muito apreciado pelas aristocracias ocidentais e por isso a maior parte de sua produção era destinada à exportação. Além disso, a Ibéria era grande produtora de azeite e principal centro de pesca controlado por Cartago e, ao lado da Sardenha, da Sicília e da Líbia, explorava salinas para a salga dos peixes. (GIAMMELLARO, 2000: 86).

Na Líbia observamos a presença de hortas e jardins exuberantes, e na região do Promontório Belo, ainda na área norte da África, citam-se um grande número de produtos hortícolas, como couve, alcachofra e alho, além dos figos. As oliveiras eram bastante comuns nesta região e teriam sido introduzidas pelos cartagineses, assim como a produção do azeite. (GIAMMELLARO, 2000: 86).



Estas regiões, como vimos, eram importantes produtores de alimentos utilizados para consumo e para exportação. É muito provável que Cartago pretendesse proteger estas localidades contra o crescente poderio romano.

Por outro lado, apenas as transações comerciais não são suficientes para compreendermos a totalidade das relações de cooperação e reciprocidade entre romanos e cartagineses. Em 279 a. C. era ratificado o tratado de aliança militar. Vejamos:

“Para possibilitar a qualquer das duas partes a prestação de assistência à outra no lugar onde esta se encontre em guerra, seja qual for a parte que peça ajuda, os cartagineses fornecerão as naus para o transporte das tropas, tanto na ida quanto na volta, mas cada parte deverá pagar o soldo de seus homens.” (Políbios III, 25).

Este acordo fora efetuado por ocasião da invasão do rei do Épiro, Pirro, à Península Itálica, atendendo a um pedido de socorro da cidade-estado de Tarento, na Magna Grécia<sup>108</sup>. (GRIMAL, 1984: 39).

O impasse gerado pelo desenrolar do conflito levaria o general epirota a pedir a paz aos romanos. Mas um evento da ordem política influenciaria a decisão de Roma: uma frota cartaginesa surgira na foz do rio Tibre e os seu general fora propor um tratado de aliança contra Pirro. Aos cartagineses interessava conquistar as cidades da Sicília que ainda não estavam sob seu domínio e para isso era necessário reter, na Itália, as tropas do general epirota.

Na altura da conclusão do tratado entre romanos e cartagineses, os sicilianos já haviam solicitado ajuda a Pirro. As escolhas do general eram claras: se os cartagineses dominassem a Sicília sua posição na Itália seria insustentável frente à aliança entre estes e os romanos, e por outro lado, se ele conquistasse a ilha, ficaria numa posição extremamente vantajosa contra os romanos. (GRIMBERG, 1969: 74). O epirota cedeu à

---

<sup>108</sup> O Pretexto para o embate fora o fato de os romanos terem enviado uma frota para a região litorânea da cidade. Este ato contrariava as cláusulas de um tratado ratificado entre tarentinos e romanos por volta de 303 a. C. Na verdade os tarentinos sentiam-se ameaçados pelo avanço romano, que fundava colônias nas proximidades de sua costa. (GRIMAL, 1984: 39).

tentação e, durante três anos, combateu e foi o senhor dos sicilianos. Contudo, os gregos da ilha, insatisfeitos com seu governo demasiadamente rigoroso, revoltaram-se e o expulsaram. Pirro fora obrigado a retornar para Tarento, onde fora derrotado definitivamente. (GRIMAL, 1984: 39).

É possível compreender a medida adotada por Cartago ao empregarmos o conceito de *Ação Voluntária* proposto por Thomas Hobbes. Segundo o filósofo, as ações voluntárias não têm origem apenas na cobiça, na ambição ou na devassidão, mas se originam também da aversão ou medo das consequências decorrentes da omissão de uma determinada ação. Neste caso, é provável que os cartagineses optassem por uma aliança com os romanos por temerem os efeitos que seu isolamento pudesse lhe causar, tendo em vista sua posição na Sicília.

A vitória final dos romanos sobre Pirro os tornaria senhores de toda a Itália, surgindo assim uma nova e importante peça no jogo de xadrez mundial naquele período da história. (GRIMBERG, 1969: 76). Estes eventos concorreriam, em breve, para o ferrenho embate entre antigos aliados: romanos e cartagineses lutariam até a morte pelo domínio do Mediterrâneo.

A análise das relações militares e mercantis entre romanos e cartagineses nos permite compreender os pormenores contextuais envolvidos nestes acordos. De maneira geral, é o contexto que indicará a maneira de agir das duas partes, que buscarão salvaguardar seus interesses mais imediatos. Contudo, temos razões para acreditar que a iniciativa destas relações esteve sempre ao lado dos cartagineses, evidenciando ainda mais a posição de liderança que exercia no Mediterrâneo, por conta de sua hegemonia naval e consequentemente mercantil.

Por outro lado, observamos ainda que romanos e cartagineses nem sempre foram inimigos mortais, como a historiografia em geral deixa transparecer. Para compreender a totalidade das relações entre as cidades-estados é necessário avaliar também suas políticas de alianças.

## Referências Bibliográficas

### Documentação

POLIBIOS. **História**. Brasília: UNB, 1985.

### Bibliografia Geral:

ALFÖLDY, G. **História Social de Roma**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

AYMARD, A; AYBOYER, J. **História Geral das Civilizações** – Vol. III – Roma e seu império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

ANDREAU, J. **L' économie antique**. In: *Annales: histoire, sciences sociales*. 50 Année – N 5. Paris: Armand Colin, 1995.

FINLEY, M. I. **A economia antiga**. Porto: Afrontamento, 1986.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade na Grécia Antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. **História Antiga: testemunhos e modelos**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FLORENZANO, M. B. B. **O mundo antigo: economia e sociedade**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FUNARI, P. P.; GARRAFFONI, R. S. **Economia romana no início do principado**. In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. da. (Orgs.). *Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Vitória: Mauad, 2002.

GIAMMELLARO, A. S. **Os fenícios e os Cartagineses**. In: FLANDRIN, J-L.; MONTANARI, M. (Orgs.). *História da Alimentação – 1- Dos Primórdios à Idade Média*. Lisboa: Terramar, 2000.

GIARDINA, A. **O homem romano**. In: \_\_\_\_\_. *O Homem romano*. Lisboa: Presença, 1992.

\_\_\_\_\_. **O mercador**. In: \_\_\_\_\_. *O homem romano*. Lisboa: Presença, 1992.

GRAS, M. **O Mediterrâneo arcaico**. Lisboa: Teorema, 1998.

GRIMAL, P. **A civilização romana**. Lisboa: Edições 70, 1984.

- GRIMBERG, C. **História Universal**. 4- Das origens de Roma à formação do Império. Lisboa: Europa-América, 1969.
- GUARINELLO, N. L. **Imperialismo Greco-romano**. Rio de Janeiro: Atica, 1988.
- HARDEN, D. **Os Fenícios**. Lisboa: Editorial Verbo, 1971.
- HOBBS, T. **O leviatã**. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- HOPKINS, K. **Conquistadores y Esclavos**. Barcelona: Península, 1981.
- NICOLET, C. **O cidadão e o político**. In: GIARDINA, A. O homem romano. Lisboa: Ed. Presença, 1992.
- POLANY, K. **A grande transformação**. – As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- ROSTOVTZEFF, M. **História de Roma**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- WEBER, M. **História Agrária Romana**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.